

SIMON SCHWARTZMAN

BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO

4ª Edição

PUBLIT
soluções editoriais

Copyright© 2007 por Simon Schwartzman
Título Original: Bases do Autoritarismo Brasileiro

Editor
André Figueiredo

Editoração Eletrônica
Luciana Lima de Albuquerque

S399 Schwartzman, Simon
Bases do autoritarismo brasileiro / Simon
Schwartzman. — 4. ed. - Rio de Janeiro : Publit Soluções
Editoriais, 2007.
290 p. : il. ; 21 cm.

ISBN
Bibliografia

1. Autoritarismo - Brasil. I. Título

CDU 321(81)
CDD 321.9081

PUBLIT SOLUÇÕES EDITORIAIS

Rua Miguel Lemos, 41 sala 605

Copacabana - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 22.071-000

Telefone: (21) 2525-3936

E-mail: editor@publit.com.br

Endereço Eletrônico: www.publit.com.br

Sumário

Nota à quarta edição	7
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO	9
APRESENTAÇÃO	35
Capítulo 1	41
DA TEORIA POLÍTICA À REALIDADE HISTÓRICA	
1. A Crise das Teorias de Representação	42
2. Um Marco de Referência: Capitalismo Ocidental e Patrimonialismo	54
3. A Perspectiva Política: Cooptação e Representação	58
4. A Política Como Fenômeno Espacial: as Quatro Regiões	64
5. Conclusão: da Teoria Política à Realidade Histórica ...	78
Capítulo 2	85
NEOPATRIMONIALISMO E A QUESTÃO DO ESTADO	
1. A Questão do Estado	86
2. Patrimonialismo e Feudalismo	92
3. Neopatrimonialismo	97
4. Processos Políticos em Regimes Patrimoniais	103
5. Participação Política e Neopatrimonialismo	107
Capítulo 3	113
ORIGENS HISTÓRICAS: CENTRO E PERIFERIA SOB DOMINAÇÃO PORTUGUESA	
1. O Setor Público e o Setor Privado	114

2. Os Padrões de Colonização: Bandeirantes e Pioneiros	117
3. A Trajetória de São Paulo e a Guerra Dos Emboabas	119
4. A Integração do Nordeste e a Guerra dos Mascates ..	127
5. A Consolidação da Fronteira e a Formação do Exército Nacional.....	131
Capítulo 4.....	137
DEPENDÊNCIA, EXPANSÃO ECONÔMICA E POLÍTICA PATRIMONIAL	
1. Dependência e Expansão Econômica dos Países “Novos”	138
2. Impulso Externo e Diferenciação Interna: Argentina e Austrália	142
3.A Agricultura, a Indústria, o Movimento Operário e o Estado: Crítica e Revisão de um Modelo de Desenvolvimento	144
4. A Expansão do Café: Iniciativa Privada e o Papel Do Estado	152
5. Síntese - Poder Oligárquico e Dependência Patrimonial.....	164
Capítulo 5.....	171
DO IMPÉRIO À REPÚBLICA: CENTRALIZAÇÃO, DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS E DESCENTRALIZAÇÃO	
1. A Vida Política no Século XIX	172
2. De Províncias a Estados	176
3. Regionalismo e Centralização no Movimento Republicano	179
4. A Base Regional do Militarismo: Rio Grande do Sul	187
5. São Paulo e Minas Gerais	192

6. A Revolução de 1930- Fatos e Ideologias	199
7. A Nova Centralização	206
Capítulo 6	213
A DEMOCRACIA REPRESENTATIVA EM PERSPECTIVA	
1. Uma Perspectiva de Análise	214
2. A Participação Política e o Sistema Partidário	
Após 1945	224
3. A Dinâmica do Sistema: os Resultados Eleitorais	229
4. A Crise Do Sistema	239
5. Conclusões: o Sistema Eleitoral e a Questão	
Institucional	246
BIBLIOGRAFIA	267

Nota à quarta edição

Esta nova edição de *Bases do Autoritarismo Brasileiro*, tornada disponível graças às novas tecnologias de informação e comunicação, reproduz integralmente o texto da edição original de 1982, que teve origem em minha tese de doutoramento junto ao Departamento de Ciências Políticas da Universidade da Califórnia, Berkeley, em 1973, sob o título de *Regional Cleavages and Political Patriominalism in Brazil*, disponível na Internet em <http://www.schwartzman.org.br/simon/tese/contents.htm>, e publicada inicialmente no Brasil como *São Paulo e o Estado Nacional* (DIFEL, 1975). Ela reproduz, ainda, o prefácio à terceira edição de 1988, que buscou colocar o livro, escrito no auge do regime militar, no contexto do que se chamava então a Nova República.

Mais de trinta anos percorridos, uma das principais proposições do livro pareceria ter se cumprido. O que procurei mostrar em 1973 era como a dinâmica da vida política brasileira tinha tido sempre, como uma característica central, a relativa marginalização do centro econômico e mais organizado da “sociedade civil” no país, localizado predominantemente em São Paulo, e o núcleo do poder central, muito mais fixado no eixo Rio de Janeiro – Brasília, em aliança com as oligarquias políticas tradicionais dos estados mais pobres. Mais do que diferenças geográficas, que têm o seu luar, o que mais me importava eram as diferentes formas de organização e participação na vida econômica, social e política que coexistiam e disputavam espaço no país.

No prefácio de 1988 eu dizia que “foi de São Paulo que surgiram as pressões sociais mais fortes contra os poderes concentrados no Governo federal, tanto por parte de grupos empresariais quanto

pelo movimento sindical organizado; é em São Paulo, em última análise, que se joga a possibilidade de constituição de um sistema político mais aberto e estável, que possa dar ao processo de abertura uma base mais permanente”.

A partir de 1995, com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva e as candidaturas presidenciais de José Serra e Geraldo Alckmin, o centro de gravidade da política brasileira se transfere para São Paulo. Nas eleições de 1994 e 1998, a oposição entre PSDB e PT se aproximou bastante do que poderíamos descrever como a disputa entre dois partidos políticos modernos, um com mais apoio nas classes médias e no empresariado, outro com mais apoio nos sindicatos e movimentos sociais independentes. Desde então, no entanto, os partidos políticos perderam substância, o clientelismo se ampliou, o sindicalismo e os movimentos sociais foram cooptados, e boa parte das antigas elites patrimonialistas mantiveram seu poder de sempre, agora como meras cleptocracias. O período “moderno” da política brasileira teve fôlego curto, e política antiga está demonstrando ter uma enorme inesperada de sobrevivência e metamorfose. Fica para os leitores a pergunta de por quê isto é assim, e o que podemos esperar para o futuro.

Rio de Janeiro, julho de 2007.

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

I

Depois de vinte anos de regime militar, a Nova República encontrou o Brasil profundamente transformado. Ele é agora um país muito mais urbanizado, industrializado e populoso do que nos anos 60. Ao mesmo tempo, as condições sociais parecem ter piorado: aumentou a desigualdade da renda, a criminalidade urbana parece fora de controle, os problemas de saúde pública são críticos. Quantas destas transformações se devem ao regime político que imperou nas últimas décadas? Quantas ocorreriam independentemente dele?

A experiência do autoritarismo gerou muitas análises e controvérsias a respeito de seu verdadeiro sentido. Teriam sido estes anos apenas um desagradável acidente em um processo inelutável de desenvolvimento econômico, social e político, tal como as teorias do desenvolvimento dos anos 50 e 60 fariam supor? Ou, ao contrário, teriam sido eles urna simples volta a um padrão recorrente e mais profundo da sociedade ou da cultura brasileira, por natureza autoritárias e incapazes de evoluir para uma ordem democrática estável? Como entender os anos de regime autoritário? É possível dizer que o Brasil parou em 1964, para sair, vinte anos depois, de um grande pesadelo? Ou será que as transformações ocorridas nesses anos foram suficientemente amplas e profundas, independentemente das intenções dos sucessivos governos militares, para que seja impossível pensar em um simples retomo aos tempos pré-64? E como interpretar a atual situação em que nos encontramos? Podemos supor que o padrão de desenvolvimento com desigualdade não passou de uma perversão dos regimes militares, a ser corrigida agora que vivemos em uma democracia? Ou, ao contrário, trata-se de uma característica mais

permanente e profunda do autoritarismo brasileiro, e por isto fadada a persistir, fazendo com que o prognóstico de nossa incipiente democracia seja necessariamente pessimista?

É impossível responder a estas questões neste nível de generalidade. Para abordá-las, é necessário ter um entendimento adequado de nosso passado social e político, das mudanças profundas que ocorreram nas últimas décadas e das repercussões que esta bagagem acumulada ainda tem na maneira pela qual nossa sociedade se move. Ao final deste trabalho não teremos ainda condições de saber com segurança o que o futuro nos espera, mas teremos, pelo menos, urna idéia mais clara sobre as questões que estão em jogo.

Bases do autoritarismo brasileiro pretende ser uma contribuição para este esforço. Sua versão inicial, com o título *São Paulo e o estado nacional*, foi escrita e publicada no início dos anos 70, portanto em plena vigência do AI-5 e nos anos mais duros do regime militar. A atual versão, republicada com simples correções de detalhes, foi escrita no início dos anos 80, quando o processo de abertura política já se prenunciava como irreversível. O interesse contínuo que o livro tem encontrado ao longo desses anos parece confirmar que a temática do autoritarismo brasileiro não é um simples fenômeno passageiro, mas tem raízes profundas e implicações que não se desfazem por meros rearranjos institucionais. Reconhecer isto não significa supor que o Brasil padece de um estigma autoritário congênito, parlo qual não existe salvação. Mas significa, isto sim, que este passado e suas conseqüências presentes têm que ser vistos de frente, para que tenhamos realmente chance de um futuro mais promissor.

II

Uma das teses centrais deste livro é que o Brasil herdou um sistema político que não funciona como “representante” ou “agente” de

Gracias por visitar este Libro Electrónico

Puedes leer la versión completa de este libro electrónico en diferentes formatos:

- HTML(Gratis / Disponible a todos los usuarios)
- PDF / TXT(Disponible a miembros V.I.P. Los miembros con una membresía básica pueden acceder hasta 5 libros electrónicos en formato PDF/TXT durante el mes.)
- Epub y Mobipocket (Exclusivos para miembros V.I.P.)

Para descargar este libro completo, tan solo seleccione el formato deseado, abajo:

